

O INTELLECTUAL ORGÂNICO COMO FORMADOR DA VONTADE COLETIVA DOS SUBALTERNOS: apontamentos a partir de Antonio Gramsci

Pedro Santos¹

Resumo

Este trabalho tem como escopo discutir o conceito de intelectual orgânico conforme o pensamento de Antonio Gramsci, destacando a sua tarefa como organizador da vontade coletiva dos subalternos a fim de superar a sociabilidade capitalista e implantar um novo ordenamento social fundado na perspectiva socialista. Nesse sentido, o intelectual orgânico vinculado aos subalternos emerge como educador que, dialeticamente, educa e se educa como pessimista e otimista para contribuir com o processo de elevação dos sujeitos governados à condição de governantes de uma nova ordem social.

Palavras-chave: Intelectual orgânico; Vontade coletiva; Subalternos.

THE ORGANIC INTELLECTUAL AS TRAINER OF THE COLLECTIVE WILL OF THE SUBALTERNES: notes from Antonio Gramsci

Abstract

This work aims to discuss the concept of organic intellectual according to the thought of Antonio Gramsci, highlighting his task as organizer of the collective will of subordinates in order to overcome capitalist sociability and implant a new social order based on the socialist perspective. In this sense, the organic intellectual linked to subalterns emerges as an educator who dialectically educates and educates himself as a pessimist and optimist to contribute to the process of elevating the governed subjects to the condition of being governors of a new social order.

Keywords: Organic Intellectual; Collective will; Subalterns.

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), área de Fundamentos Filosóficos da Educação. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Membro fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Educação (GESPEM) e fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Práxis, Educação e Subalternidade em Antonio Gramsci (FILOGRAMSCI). santos.pedropereira@gmail.com

Introdução

Há certo consenso entre alguns pesquisadores de que, no Brasil, as políticas neoliberais para serem implantadas com êxito mais precisamente nos anos 1990, implicaram novas táticas de conquista da sociedade civil por meio, sobretudo, do discurso de caráter consensual que visou de forma gradual negar a luta de classes em função da defesa da democracia, cidadania, reforma política, responsabilidade empresarial, empreendedorismo, perspectiva territorial, voluntariado, dentre outros.

Essa perspectiva que visa fenecer as lutas anticapitalistas que pretendem criar uma nova hegemonia dos subalternos foi analisada de forma minuciosa por Neves e Sant'Anna (2005), Lima e Martins (2005), Melo e Falleiros (2005), Algebaile (2005), Tomaz (2005), Pina (2010) e Neves (2010).

Esses autores compreendem que a política neoliberal na perspectiva da terceira via que preconiza a colaboração em detrimento dos conflitos de classe, implantou-se no país nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e foi aprofundada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de uma nova pedagogia da hegemonia que propagava a conciliação entre poder estatal, sociedade civil e empresariado, em detrimento da crítica radical ao ordenamento capitalista.

A política de terceira via fundamenta-se de forma contundente no pensamento do sociólogo Antony Giddens (1996; 2000), ao afirmar que, num contexto pós-tradicional marcado por problemas de âmbito mundial, dentre eles, ameaça nuclear, poluição ambiental, aquecimento global e fragilidade de vínculos familiares e sociais, a centralidade não deve ser o conflito direita *versus* esquerda, mas a possibilidade da convivência social.

Assim, a solidariedade, a colaboração, a responsabilidade empresarial, a participação da sociedade civil concebida como lócus privilegiado para execução de políticas públicas, a reflexividade e a postura dialógica do sujeito, são bandeiras defendidas pela política neoliberal de terceira via a fim de garantir uma nova “ordem social reflexiva e globalizada” (GIDDENS, 1996, p. 24)

Nessa perspectiva, o Estado concebido como educador das classes subalternas em função dos interesses dos grupos dirigentes e dominantes e (Gramsci, 2016) como “estrutura de comando global do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 41) perde força e o que predomina é a compreensão de que ele é instrumento conciliador das forças do mercado e da sociedade civil a fim de resolver problemas sociais, humanizando o sistema capitalista.

Criticando essa concepção de mundo, Neves (2005, p. 16) entende que nela o “Estado assume cada vez mais um papel de educador, na medida em que passa a propor a condução da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente”.

Para a conquista desse fim, a nova pedagogia da hegemonia assume tarefa fundamental na medida em que visa criar e fortalecer a relação de colaboração entre “aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de sociabilidade” (NEVES, 2005, p.16).

Com esse intuito, a pedagogia da hegemonia promove o processo de repolitização e despolitização dos sujeitos sociais. Pela repolitização, remodela-se tanto a aparelhagem estatal conforme a política neoliberal da terceira via, como também promove um novo tipo de conformação social, por meio do qual o empresariado e o trabalhador são tidos como parceiros comprometidos com a resolução de problemas na área da educação, saúde, assistência social etc.

Já pela via da despolitização, a nova pedagogia da hegemonia fomenta, dentre outras ações, o processo asséptico de apropriação de ideias dos intelectuais orgânicos das classes subalternas que lutam pela superação da sociabilidade do capital, utilizando-os desvinculados da perspectiva revolucionária para justificar a ordem social vigente alinhada com o horizonte da cidadania.

Parece-nos que, nessa direção, o pensamento gramsciano e, sobretudo, o conceito de intelectual orgânico contido nele é utilizado de forma exacerbada por diversos pesquisadores que defendem a possibilidade da educação integral e formação cidadã, mas alicerçada numa sociedade capitalista que tem como fundamento o trabalho assalariado.

Entendemos, assim, que retomar o pensamento de Gramsci e nele discutir o conceito de intelectual alinhado à perspectiva revolucionária demonstra o nosso compromisso em defesa da luta contra e para além do ordenamento social dominante, distanciando-nos do pensamento que visa pelo âmbito da política modificar a sociedade.

Desse modo, ao contrário dos que se apropriam do pensamento do autor sardenho e do conceito de intelectual orgânico para defenderem reformas político-ideológicas dissociadas da substantiva transformação da base material da existência humana, defendemos o fencimento e a superação radical do projeto societário capitalista rumo ao ordenamento socialista.

Nesse sentido, visamos empreender esforços para entendermos o conceito de intelectual orgânico em Gramsci alinhado não à democracia burguesa, mas ao prisma revolucionário que intenta a construção de um novo ordenamento social no qual o humano é concebido como mestre de si mesmo e modificador do mundo em que vive.

A amplitude do conceito de intelectual orgânico e a formação da vontade coletiva

A concepção de intelectual em Gramsci (2005b, p.84) é bastante ampla e ele mesmo reconhece tal amplitude na carta 250, que tem como destinatária a cunhada Tatiana Schucht, escrita em 7 de setembro de 1931. Nessa correspondência, ele discorre sobre seu projeto de estudo e diz:

[...] eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente, é entendido como sociedade política (...) e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil.

Compreendemos que nessa ampliação da noção de intelectual, Gramsci tentava também resolver o problema da dicotomia entre sujeitos cultos e incultos que envolvia, sobretudo, os habitantes da Sardenha situada na região meridional da Itália. Conforme Nosella (2004), Gramsci nasceu e viveu durante vinte (20) anos na ilha sarda que era um local de pessoas pobres semelhante ao nordeste brasileiro.

Dessa realidade, o autor (2004, p. 37) afirma que o filósofo sardo conviveu desde cedo com a pobreza, a discriminação por pertencer à região tida como atrasada, trabalhou apenas para sobreviver no campo e lidou com o “regionalismo do dialeto e das relações sociais que impediam ao pobre a compreensão objetiva e universal da história”.

Por ser proveniente dessa região, entendemos que os textos gramscianos trazem em si as marcas de onde seus pés pisavam quando jovem. Num texto escolar provavelmente escrito em 1910 no qual discute sobre o poder de mando dos opressores contra os oprimidos, Gramsci (2004a, p. 46) afirmava que esses últimos se encontravam em “estado de ignorância” e que precisavam lutar para superar as injustiças sociais. Assim, envolvido num contexto de exclusão, o autor

reconhece o pouco saber dos oprimidos e a necessidade de educá-los para criarem outro tipo de civilização.

Em *A questão meridional*, escrito em 1926, Gramsci defende que, para a classe proletária tornar-se governante, é preciso que ela se constitua como força dirigente dos intelectuais e camponeses para superar o capitalismo e implantar o socialismo. Esse trabalho de unidade de forças era condição para o enfrentamento e a superação da hegemonia burguesa.

Todavia, ao mesmo tempo em que reivindicava essa nova hegemonia, o pensador sardo reconhecia o desafio ainda a ser superado no sul do país, pois o que se vislumbrava era:

[...] uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não têm nenhuma coesão entre si (...). A sociedade meridional é um bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais de pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais (GRAMSCI, 2004b, p.423).

A ausência de unidade dos camponeses era algo que preocupava Gramsci no enfrentamento das forças burguesas, pois como relata o meridional era formado por três estratos sociais, a saber, camponeses, pequena e média burguesia rural e grandes latifúndios. Esses dois últimos segmentos possuíam os seus intelectuais, enquanto os trabalhadores camponeses divididos não conseguiam articulação em torno de uma proposta comum.

É nesse contexto que Gramsci (2004b) analisa a situação de desvantagem dos camponeses em relação aos demais estratos do sul do País. Para ele, a pequena e média burguesia e os grandes proprietários conseguiam sobrepor aos camponeses, porque contavam, sobretudo, como o suporte dos intelectuais. Assim, preconiza que:

Os estratos médios dos intelectuais recebem da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações (GRAMSCI, 2004b, p. 423).

Dessa maneira, enquanto os camponeses tinham dificuldade de se articular em torno do horizonte revolucionário, os estratos sociais burgueses que tinham o suporte dos intelectuais eram fortalecidos. Isso ocorria na medida em que a atividade ideológica, de produção de conhecimentos, de crenças e valores dos intelectuais validava o poder econômico, político e social dos grupos dominantes.

Desse modo, mesmo antes de Gramsci discutir de forma mais sistematizada sobre o intelectual e a escola unitária, em 1926 já tinha clareza de que todo intelectual era comprometido com algum tipo de concepção de mundo. Ou seja, inexistente intelectual que não esteja vinculado a um determinado projeto político ideológico. Assim, ou ele exerce a sua atividade ideológica a favor da legitimação do poder dos grupos dominantes ou a desempenha em função da sublevação dos grupos subalternos para se afirmarem como governantes de um novo projeto societário socialista.

Todavia, o que Gramsci desvela é a dependência dos movimentos camponeses do sul, incapazes de se organizar como “médicos de si mesmos”. Isto é, como força que faz ceder o poder da classe burguesa para emergir como potência revolucionária. Nesse cenário, o autor entende que a fragilidade camponesa não se restringe apenas a fatores internos, pois ampliando a sua lente teórica de análise, afirma que:

O camponês meridional liga-se ao grande proprietário rural através do intelectual. Os movimentos camponeses, na medida em que não se expressam em organizações de massa ainda que só formalmente autônomas e independentes (...) terminam por se enquadrar sempre nas instituições normais do aparelho

estatal - prefeituras, governos provinciais, Câmara dos Deputados - através de composições dos partidos locais, cujos quadros são formados por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança [...] (GRAMSCI, 2004b, p. 426).

Assim, o intelectual exerce a função de aproximar o camponês do grande proprietário a fim de que a visão de mundo dos estratos dominantes meridionais seja absorvida pelos camponeses, tidos como máquinas de produção da riqueza e que poderiam ser descartados a qualquer momento devido à exacerbada oferta da força de trabalho.

O intelectual é visto como aquele que, pelo discurso ideológico, submete o trabalhador meridional à lógica dos proprietários e que contribui para que ele absorva de forma acrítica a concepção de mundo de quem lhe paga a sua força de trabalho. Nesse caso, ele é o que exerce a função de articulador e mantenedor da subserviência dos camponeses em relação aos donos de terra, como também destes que exploram os trabalhadores rurais em vista das demandas do mercado setentrional.

Mas, o significado de intelectual aparece também nos escritos pré-carcerários quando Gramsci se refere à função política a ser assumida e exercida pelo PCI. Nesse caso, o partido é concebido como intelectual coletivo no sentido de ser constituído por diversos sujeitos revolucionários que partem do cotidiano do trabalhador e o sistematiza teoricamente para fortalecer a luta pela negação do capitalismo e do Estado burguês e pela construção do socialismo.

No Caderno 13, quando se discute sobre a noção de Estado, Gramsci utiliza não o conceito de intelectual, mas o de educador. O Estado é tido como instância que estabelece um modelo de civilização a ser implantado e absorvido pelas massas. De acordo com esse propósito, o poder estatal as educa por meio dos aparelhos coercitivos e aparatos privados de hegemonia. Ou seja, o Estado

como sociedade política e sociedade civil educa para que o seu projeto civilizatório possa ser incorporado pelos sujeitos históricos.

Nesse sentido, parece-nos que o Estado também pode ser compreendido como intelectual, na medida em que elabora propostas e educa os sujeitos sociais para incorporá-las nos campos mais diversos de um determinado contexto histórico. Assim, compreendemos que, se o partido é o intelectual coletivo da classe proletária, o Estado pode ser também entendido como educador político em que predomina a concepção de mundo da classe dirigente e dominante.

Porém, a discussão mais elaborada de Gramsci acerca dos intelectuais e da escola unitária encontra-se no Caderno 12, escrito em 1932. Nesse trabalho, o pensador italiano parte do questionamento acerca da autonomia e independência dos intelectuais. E nessa direção, ele indaga se esses sujeitos podem ser considerados autônomos ou se eles são vinculados a determinadas classes sociais.

Segundo o autor, todos os intelectuais se conectam e se comprometem com uma determinada concepção de mundo. Para tanto, o sardo demonstra duas formas pelas quais compreende o processo histórico de constituição dos intelectuais. Na primeira delas, ele define os intelectuais como criação da classe social dirigente e dominante.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camada de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2014, p. 15).

Dessa maneira, Gramsci supera a ideia de que o intelectual está para além das relações de classe, pois ele é um filhote geralmente dos que detém o poder. A classe dominante e dirigente que emerge de uma função primordial exercida no

campo econômico é a criadora dos intelectuais que assumem basicamente duas tarefas, quais sejam, garantir a coesão e a consciência da razão de ser do grupo hegemônico a que se vincula.

Nesse sentido, depreendemos que o intelectual que é criado pela classe hegemônica, ao mesmo tempo, também é criador dela no sentido de possibilitar homogeneidade, consciência da sua tarefa histórica, validação e manutenção do seu poder na esfera econômica, social e política. Assim, quando Gramsci analisa a tarefa do intelectual não a circunscreve apenas na superestrutura dicotomizada da estrutura, pois a sua atividade educativa visa diretamente possibilitar tanto a formação ideológica dos sujeitos sociais como indiretamente prepará-los para inserção nas atividades produtivas.

Simionatto (2011, p. 64), em diálogo com o pensamento gramsciano, compreende que o intelectual orgânico da classe burguesa é aquele que produz ideologia para justificar, validar, manter e reproduzir os seus propósitos. O intelectual assume assim uma postura ativa junto à classe que representa, pois cabe a ele:

[...] a tarefa de construir, através da ação cultural, a criação e a transmissão da cultura e da conquista do 'consenso espontâneo' das grandes massas para a direção da vida social e política pelo grupo economicamente dominante. Cabe-lhes também construir o aparato de coerção (aparato jurídico), necessário para garantir legalmente a disciplina dos grupos que não consentem.

Conforme essa perspectiva, o ponto de partida para a compreensão do intelectual não são as atividades intrínsecas do seu trabalho, mas a função que assume no conjunto das relações sociais, pois acrescenta Gramsci (2014, p. 18) que "o operário (...) não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas relações sociais [...]".

Nessa linha de pensamento é que o intelectual orgânico é concebido como aquele que produz uma dada concepção de mundo de forma intencional a favor da classe hegemônica. Ele é o criador e o transmissor tanto de uma cultura que visa conquistar o consenso dos subalternos, como também é o construtor do aparato coercitivo que de forma legalizada disciplina sujeitos e grupos rebelados. (SIMIONATTO, 2011).

De acordo com Gonzales (1981), o intelectual é orgânico, porque assume a função de vinculador da massa ao poder do grupo dominante. Ele é assim o nexo, o que estabelece vínculo entre os que dominam e dominados, entre governantes e governados. Afinado com o propósito da classe hegemônica, esse intelectual pode pertencer também a dois grupos distintos e complementares, a saber, o que assume mais diretamente a tarefa de elaboração ideológica e o outro em que predominam as tarefas de carácter executório.

A esse respeito, entendemos que o intelectual orgânico é um sujeito que se vincula aos grupos dominantes para, em função deles, conectar os subalternos. Por isso, Gramsci o denomina de “funcionário” do poder hegemônico, pois nas suas atividades intelectuais o que prevalece são os fins das classes dominantes que visam promover o transformismo molecular e grupal.

Por transformismo, Saviani (2004) compreende a tática de assimilação dos intelectuais da classe trabalhadora ao grupo dominante e que tende a se efetivar em dois momentos. No primeiro deles, de carácter molecular, lideranças singulares das classes populares são absorvidas pelo grupo dominante. E, no segundo, essa prática avança no sentido de conquistar o conjunto de representantes ativos das massas para conformá-los ao projeto societário hegemônico.

De acordo com esse intuito, os intelectuais orgânicos contribuem de forma significativa para a validação da condição subalterna e para a manutenção da ordem burguesa, pois a sua profissão como afirma Semeraro (2004, p. 71): “vincula profundamente o modo de produção do seu tempo, tem uma concepção política que o habilita a exercer funções organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representa”.

Desta feita, compreendemos que o intelectual orgânico não é um sujeito independente e autônomo², porque mantém estreita relação com a classe que ao assumir função essencial no campo produtivo pretende justificar e divulgar a sua ideologia para que outros segmentos sociais a incorporem. O intelectual, assim, não é visto por Gramsci como neutro, mas como sujeito político vinculado a um determinado modelo civilizatório.

Essa é a primeira forma que o autor utiliza para explicar a formação dos intelectuais e para situá-los nas relações de poder, o que contribui para superação de uma perspectiva idealista ingênua que os concebe a partir do que é intrínseco das suas atividades, como domínio de teorias, aprendizagem de uma linguagem científica, contato com livros, conhecimento de metodologias de pesquisa, dentre outros.

Tudo isso é importante e Gramsci não nega, mas a centralidade da sua reflexão é sobre a razão de ser do intelectual numa dada sociedade. Assim, a sua pergunta acerca da autonomia do intelectual visa acima de tudo desvelá-lo como sujeito histórico que conectado a um grupo social, torna-se também ser conectivo dos “simples” para a construção da hegemonia política e social.

² Ressaltamos que a autonomia do intelectual existe, mas de forma condicionada pelos fatores econômicos, políticos sociais e culturais, o que possibilita fazer escolhas dentre as alternativas que possui. O que Gramsci nega não é a autonomia relativa do intelectual, mas a ideia de que ele não se vincula aos interesses de classe.

Todavia, Gramsci (2014, p. 16) amplia a discussão quando apresenta uma segunda explicação acerca do processo histórico da formação dos intelectuais na medida em que afirma que todo grupo social que emergiu historicamente de uma estrutura econômica precedente encontrou nela intelectuais que representavam “uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”.

A partir de então, o autor pensa o intelectual na perspectiva dos pares dialéticos em que continuidade-descontinuidade e permanência-mudança entrelaçam e demonstra que mesmo numa nova formação social existem as marcas do passado. Nesse sentido, o intelectual tradicional é aquele que tem sua origem no bloco histórico que precede a sociedade burguesa.

Para Gramsci (2014, p. 17), o mais típico dessa categoria de intelectual são os eclesiásticos que, historicamente, assumiram funções que monopolizavam os serviços na área da educação, da política, da religião, da filosofia e da assistência. Assim, essa categoria de intelectuais “pode ser considerada como [...] organicamente ligada à aristocracia fundiária: era equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade”.

Mas, Gramsci reconhece ainda como intelectuais tradicionais os filósofos não eclesiásticos, administradores, teóricos e cientistas que são continuadores de um dado momento histórico e que embora vinculados a uma determinada classe social, nutrem-se de uma utopia social³ de que são autônomos e independentes.

³ Parece-nos que esse termo utilizado por Gramsci significa ilusão dos intelectuais que se concebem como independentes. Mas, utopia noutros autores pode ser compreendida também como aquilo que ainda não é efetivamente, mas que poderá ser. Pode significar assim possibilidade de efetivação daquilo que se encontra em estado de potência.

Gonzales (1981, p. 92), compreende esse intelectual como o que interconectava a população com o poder político e administrativo ainda no modo de produção pré-capitalista. Assim, por ter origem noutra bloco histórico, o intelectual tradicional aparece como o depositário “do patrimônio espiritual do conjunto da comunidade, misturando hierarquias herdadas das ‘corporações’ [...] e uma relação ‘paternalista’ entre os estratos pobres e os estamentos aristocráticos da sociedade”.

Do ponto de vista histórico, o supracitado intelectual assumiu função relevante como conectivo social, porque articulava o governo aristocrático, religiosos, grandes proprietários de terras e a população pobre a fim de garantir a coesão, sobretudo da sociedade feudal. É nesse quadro que Gramsci identifica padres, políticos, médicos e tabeliões como intelectuais tradicionais que, mesmo com a derrocada do feudalismo, continuaram e se remodelaram ao modelo societário burguês (GONZALES, 1981).

Dessa maneira, como herdeiro de outra formação social, mas que pode ser assimilado pela classe que pretende ser hegemônica, o intelectual tradicional torna-se objeto a ser disputado tanto pela classe dominante como também pela classe subalterna.

Nesse sentido, Simionatto (2011) parafraseando Coutinho (1990a) assevera que o intelectual tradicional pode ser conservador na medida em que adere à política da classe dominante, mas também pode assumir-se como revolucionário quando se vincula ao horizonte político da classe trabalhadora.

Nesse caso, mesmo como portadores dos valores do passado, os tradicionais devem ser conquistados para fortalecer a luta em prol de uma nova hegemonia promovida pelos sujeitos históricos subalternos, pois conforme Gramsci a classe

trabalhadora tornar-se-á dirigente e dominante quando for capaz de travar um embate no campo econômico-corporativo e no político-cultural.

A revolução socialista é vista como resultado de esforços dispendidos na base estrutural (economia) e superestrutural (político, jurídico, filosófico, cultural) da sociedade, envolvendo as atividades dos intelectuais tradicionais que se modificam e conectam com o programa revolucionário e com os intelectuais orgânicos da classe subalterna que pretende afirmar-se como hegemônica.

De acordo com esse prisma é que Gramsci vislumbra a função dos intelectuais orgânicos que emergem da própria classe subalterna. Eles diferenciam-se dos intelectuais que prezam pela manutenção e reprodução da ordem social burguesa, porque pretendem instituir uma nova forma de sociabilidade. Para tanto, compreendem que a sua atividade intelectual visa combater o modelo de sociedade capitalista e consolidar a perspectiva socialista.

Nesse viés, o intelectual orgânico não dicotomiza teoria e prática, pois para Gramsci (2014, p. 18) “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. Essa assertiva demonstra que inexistem seres humanos ignorantes, pois todos sabem de algo, embora não seja necessariamente especialista naquilo que faz.

Assevera o autor que alguém pode cozinhar, mas nem todos aqueles que cozinham especializam-se como cozinheiro. Assim, os homens são intelectuais, mas nem todos assumem essa mesma função na sociedade. Por outro lado, acrescenta ainda que por mais que uma atividade seja manual, ela também exige o dispêndio de esforços intelectuais, o que significa que todos pensam, sabem e que precisam aprender de forma mais sistematizada para interpretar e transformar o mundo.

Desta feita, entendemos que essa forma de pensar sustenta a prática educativa do intelectual orgânico compreendido por nós como o educador que se conecta aos 'simples' para, em companhia deles, elevá-los intelectualmente e moralmente.

O educador como intelectual orgânico compreende que ensina, mas que também aprende com os educandos. Assim, o ato de ensinar relaciona-se dialeticamente com o de aprender, pois diz Gramsci que (1999, p. 399): “a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor”.

De acordo com o autor é por meio dessa relação “pedagógica”, não circunscrita apenas ao espaço escolar, que o ser humano apropria, reelabora o acervo cultural e desenvolve a sua personalidade. Com esse intuito, o educador assume uma tarefa diretiva no sentido de promover a elevação intelectual e moral dos “simples”, mas reconhecendo que ambos precisam assumir postura ativa como sujeitos históricos.

Assim, o educador não é concebido como o que apenas expõe conteúdos aos educandos. Pois, a sua prática educativa que parte do senso comum instiga os que aprendem a buscarem a sua afirmação como sujeitos históricos no mundo, o que exige curiosidade⁴, disciplina, rigor metódico e afeto.

Nessa direção, entendemos que educador como intelectual da classe subalterna é o que se assume como pessimista e otimista⁵. Pessimismo que significa o

⁴ Esse termo é recorrente nas Cartas do Cárcere e Gramsci o utiliza para expressar a sua postura ativa e resistente, bem como para se referir aos estudos realizados na prisão. Sobre essa questão, ver carta 95 de 5 de março de 1928.

⁵ Referimo-nos aqui à expressão apropriada por Gramsci de Romain Roland que diz ser o verdadeiro homem uma síntese de “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade”. Ver carta 169 de 19 de dezembro de 1929, 349 de 6 de novembro de 1932 e 394 de 29 de maio de 1933.

esforço crítico, sistemático e rigoroso para compreender as múltiplas contradições do real e otimismo que traduz a força ativa do sujeito para rejeitar o fatalismo e lutar pela construção de uma nova ordem social.

O educador é um pessimista, porque provoca e desvela junto com os educandos o conjunto de contradições que tendem a mantê-los na condição de subalternos. É por meio da crítica, do estudo metódico do contexto histórico na esfera molecular e social e da provocação que desafia os educandos a superarem o conformismo no qual se encontram, que o educador demonstra o seu compromisso com a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, o intelectual supracitado não se confunde com aquele comprometido com os interesses dos grupos dominantes, pois o que pretende de forma otimista é a formação da vontade coletiva dos subalternos para torná-los força instituidora da sociedade socialista.

Para tanto, o intelectual orgânico no pensamento gramsciano é o que se funde com o “simples”, aproxima deles, conhece suas derrotas, conquistas e esperanças. É dessa aproximação que ele sistematiza a teoria revolucionária que fortalece a vontade coletiva dos subalternos para interpretar e intervirem tanto na sua concepção de mundo herdada e adquirida, como também no mundo em que vivem.

Entendemos com base em Gramsci (2016) que, assim como Maquiavel em *O Príncipe* fundiu-se com o povo que ele representava, o intelectual da classe subalterna é aquele que também se imiscui com os subalternos tanto para a elevação intelectual deles, o que implica a construção e a apropriação de uma nova concepção de mundo crítica, orgânica e sistemática, como também para fortalecê-los moralmente para a consolidação de uma nova hegemonia (DORE, 2014).

Dessa forma, a identificação do intelectual com os “simples” não é para validar a situação subalterna deles, mas para elevá-los à posição de governantes de um projeto societário emancipador. É de acordo com essa linha de pensamento que compreendemos o intelectual em Gramsci como mediador da construção da vontade coletiva da classe subalterna, a fim de que se reconheça como força hegemônica capaz de lutar contra a sociabilidade capitalista e instituir o ordenamento socialista.

Considerações finais

Pelo exposto e sem pretender esgotar o tema em questão, o conceito de intelectual se expressa de forma abrangente no pensamento gramsciano na medida em que considera que todos os homens são capazes de pensar e intervir no mundo por meio de uma determinada atividade prática que requer de alguma forma o pensamento para desenvolvê-la.

Essa assertiva contribui para a superação da fragmentação entre cultos e incultos, pois o humano é sempre possuidor de um determinado tipo de conhecimento e, nesse sentido, é intelectual porque pensa e intervém no cotidiano de acordo com uma dada visão de mundo.

Todavia, Gramsci (1999, p. 94) reconhece que o sujeito histórico é um ser de “personalidade compósita”, uma vez que a concepção de mundo dele traz em si crenças, valores, saberes que foram herdados pela tradição e adquiridos no seu contexto, mas que nem sempre foram apropriados de forma crítica e consciente. O intelectual, nesse sentido, emerge como alguém que sabe algo, porém não sabe ainda explicar criticamente a razão do que sabe, pensa, faz e diz.

Desse modo, o intelectual entendido como aquele que detém uma filosofia espontânea herdada de forma acrítica precisa elevar-se para um novo patamar de conhecimento coerente, consciente e crítico capaz de contribuir para a transformação do mundo em que vive.

Nesse sentido, o humano é desafiado a transitar de intelectual vinculado ao senso comum, servil aos fatores do ambiente externo, para o pensamento filosófico crítico que demanda disciplina, domínio teórico, rigor metódico, esforço psicofísico para compreender o fenômeno analisado em suas múltiplas dimensões a fim de se tornar “guia de si mesmo” (GRAMSCI, 1999, p. 94), reconhecendo-se como sujeito histórico que poderá contribuir para modificar o mundo não apenas de forma individual, mas em inter-relação com os “simples” a fim de ambos fortalecerem a vontade coletiva, que demanda a instrução, a convicção e a organização da classe trabalhadora que luta em prol da sua humanização.

Assim, o conceito de intelectual em Gramsci relaciona-se com o de homem na medida em que o concebe a partir de pares dialéticos, como ser acrítico de visão fragmentada e incoerente, mas que pode elevar-se à criticidade para conhecer a si mesmo, o que pressupõe dialeticamente o conhecimento e a intervenção no cenário histórico em que vive.

O intelectual orgânico, filósofo comprometido com as classes subalternas, diferente daquele alinhado ao pensamento hegemônico, assume a tarefa crítica que rejeita a concepção de mundo dominante como algo dado e imutável, pois compreende que o que está posto resulta do próprio “mundo dos homens” (MARX, 2007, p. 31).

Côncio da historicidade do mundo, o supracitado intelectual é crítico não só do acervo construído e herdado pelas gerações que o precederam, como também

do seu tempo histórico que traz em si as marcas do passado. Assim, o seu olhar crítico e interventivo não fixa só em outrora, nem tampouco no cotidiano vivido, mas na relação do que foi, do que se apresenta como aparência e do que poderá ser, esforçando-se para se afirmar como força que ao modificar o mundo, modifica-se dialeticamente.

Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído [...]. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica (GRAMSCI, 1999, v. 1, p. 94).

O intelectual orgânico distancia-se, assim, de forma contundente daquele que pretende validar o ordenamento social burguês, pois pretende, mormente, o desvelamento dos condicionamentos históricos que absorvidos acriticamente limitam o poder de luta do ser humano pela sua realização omnilateral.

Cabe ao intelectual em conexão com a classe trabalhadora a elaboração de uma nova concepção de mundo abrangente que envolve o aspecto econômico, político e ideológico e que demanda dele assumir função diretiva na organização da luta pela emancipação humana. Afirma Macciocchi (1977, p. 202, grifo da autora) que o trabalho do intelectual visa criar, sobretudo:

[...] uma *vontade coletiva*, uma convergência de objetivos, a consciência de representar a expressão mais acabada do movimento histórico pela emancipação universal, e esse processo de elaboração deve ser concebido em seu desenvolvimento real como uma luta e não como uma variante da filosofia das luzes.

Dessa maneira, entendemos que o trabalho do intelectual não se reduz à tarefa explicativa do real, pois requer também o seu engajamento como militante e teórico comprometido com a luta pela criação e fortalecimento de uma nova sociabilidade humana.

Nessa linha, o conceito de intelectual orgânico das classes subalternas no pensamento gramsciano torna-se relevante no sentido de fortalecer o horizonte da luta socialista. Assim, utilizá-lo para se referir ao cidadão circunscrito ao projeto societário neoliberal significa traição do devir revolucionário em função da validação da concepção de mundo dominante.

O supracitado intelectual educa os “simples” e se educa não para a incorporação da bandeira democrática do projeto político da terceira via, mas para superá-la, porque compreende que o discurso, sobretudo, da igualdade formal e da participação de todos numa sociedade de classe é tática inerente do sistema capitalista, que anuncia o universal aparente, mas o que se pretende de fato é a validação de interesses particulares.

Por fim, reconhecemos a amplitude do conceito de intelectual em Gramsci, o que exige a realização de outros trabalhos para maior aprofundamento do tema. De relance, parece-nos possível afirmar que ao discutirmos o conceito em questão e relacioná-lo à formação da vontade coletiva faz-se necessário apreendê-lo como unidade do diverso.

Noutros termos, o intelectual no universo categorial gramsciano é unidade na medida em que reconhece que todos os homens são intelectuais e, ao mesmo tempo, multiplicidade por que desvela diversos tipos deles, como o da filosofia espontânea, o orgânico vinculado ao pensamento hegemônico, o tradicional, o próprio Estado como educador, o partido revolucionário e o orgânico comprometido com as lutas contra e para além do capital.

O conceito de intelectual emerge assim como síntese do diverso que explicita a tarefa histórica de sujeitos que podem contribuir para legitimar e reproduzir a ordem instituída, como também manifesta o compromisso de outros que

inconformados com a negação da possibilidade de realização plena do ser humano, educam-se educando para formar uma vontade coletiva que instruída, agita e se organiza em busca de uma sociedade livre e humana para além do modelo vigente.

Referências

ALGEBAILLE, M.E. B. Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M.W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 193-206

COUTINHO, C.N. *Gramsci e as ciências sociais. Serviço social & sociedade*, São Paulo: Cortez, v.9, n.34, dez.1990a.

DORE, R. Afinal, o que significa o trabalho com princípio educativo em Gramsci? *Cad. Cedes, Campinas*, v. 34, n. 94, p. 297-316, set. Dez., 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n94/0101-3262-ccedes-34-94-0297.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Antony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONZALEZ, H. *O que são os intelectuais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Os Intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a, v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v. 3.

_____. *Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

_____. *Escritos políticos (1910-1920)*. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a, v. 1.

_____. *Escritos políticos (1921-1926)*. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b, v. 2.

LIMA, K. R.de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L.M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

MACCIOCCHI, M.A. *A favor de Gramsci*. Tradução de Angelina Peralva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K. Feuerbach e história: rascunhos e anotações. In: _____. *A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-78.

MELO, M. de P. de & FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MÉSZÁROS, I. *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

NEVES, L. M. W. (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, L. M.W.& SANT'ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação e Cidadania em Antonio Gramsci. In: BUFFA, E.; ARROYO M.; NOSELLA, P.. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 99-112.

PINA, L. D. A nova pedagogia da hegemonia e a inclusão social. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 43, p. 237-253, set 2011.

SAVIANI, D. Apresentação à 3ª edição. In: NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 11-20.

SEMERARO, G. (org.). *Filosofia e Política na formação do educador*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOMAZ, A. S. Fundação Belgo-Mineira: empresariado em ação. In: NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 237-254.

Recebido em: 15.04.2017

Aceito em: 05.06.2017